

Carajás ou Corumbiara?

MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA

O ano de 1755 foi de muito trabalho para o marquês de Pombal. O ativo estadista criou, há 240 anos, a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, destinada a explorar a Amazônia, atuando nos ramos da navegação, comércio exterior e tráfico de escravos. Esse foi o primeiro ato de um esforço de séculos para desenvolver a região; infelizmente, poucos foram os êxitos, após tantos sonhos, tantos sacrifícios e tantas decepções. Várias causas geraram os fracassos na Amazônia. Todos eles, porém, têm em comum a fragmentação de forças, a dispersão do conhecimento requerido para a empreitada e a ausência de uma forte interação entre os vários elos das estruturas organizadas para a tarefa.

Mas é bom lembrar que, apesar disso tudo, os colonizadores portugueses conseguiram ampliar as fronteiras do Brasil e guardá-las eficazmente, plantando fortificações nos pontos estratégicos. O Forte Príncipe da Beira, por exemplo, majestosa sentinela frente ao paredão andino, é uma prova cabal de que nossos antepassados não se renderam ante os desafios da imensidão verde. Mantiveram a posse da terra conquistada e garantiram a nós, seus descendentes, uma reserva de espaço para crescer e progredir. Ante a herança de incalculável valor deixada pelos antigos, emerge a inescapável questão: o que estamos fazendo em benefício das gerações futuras?

É triste presenciar uma iniciativa que ajuda a responder satisfatoriamente a esta pergunta, chafurdar na indefinição e na indiferença. O Sipam/Sivam está parado. Um trabalho que teve início em 1990, exaustivamente debatido, rigorosamente analisado, queda-se imobilizado por motivos desconhecidos. Lentamente, equipes que começavam a trabalhar em conjunto se vão imobilizando e perdendo agilidade; procedimentos de coordenação bem azeitados vão sendo relegados ao esquecimento. A continuar o quadro atual, quais são as alternativas para a possibilidade de inviabilização desse sistema?

Resignemo-nos a continuar tendo, dentro de nossas fronteiras, atentados diários contra a natureza, crimes ecológicos ignorados e impunes. As queimadas prosseguirão, testemunhadas pelos satélites, vistas mas intocadas, como miragens macabras, pois o Ibama atualmente não dispõe de uma estrutura, de dimensões regionais, preparada para detectá-las e desencadear imediatamente as medidas corretivas. O mercúrio continuará fluindo livremente por nossos igarapés, envenenando vagarosamente os mananciais de água doce, a flora, a fauna e as populações ribeirinhas. Como saber onde ocorrerá o próximo espetáculo de agressão explícita ao ambiente, em terra tão vasta e isolada?

Será muito difícil preservar a tranquilidade nas áreas indígenas. Elas são muitas, espalhadas, remotas. Sem os recursos da tecnologia moderna, invasores de terras conti-

nuarão a atuar folgadoamente, sem serem percebidos a tempo, atropelando os direitos dos índios, desvirtuando culturas valiosas, espalhando doenças e vícios. Lá de cima, o incansável olho eletrônico do satélite conseguiria perceber os primeiros sinais de desmatamento, as primeiras cicatrizes do garimpo, dando tempo à Funai e à Polícia Federal de agirem prontamente. Mas sem o satélite, o rádio, o telefone e o agente atuando em sincronismo, resta-nos continuar sabendo dos conflitos e epidemias pelo noticiário da noite...

Mais perto da civilização, nos campos que substituíram a floresta, a noção de direitos humanos e sociais, lamentavelmente, às vezes é esmagada pela cobiça e pela ausência da figura do Estado, da Justiça, do conjunto de organizações e relacionamentos que dá harmonia ao tecido social. Surge a figura do trabalho escravo, que se nutre do isolamento, da ignorância, da certeza da impunidade. Uma rede confiável de comunicações, posta a serviço da sociedade, dimensionada para cobrir uma área gigantesca, por certo tornaria mais presentes os organismos de regulação da vida em comum, contribuindo para o aprimoramento das relações humanas, favorecendo a identificação de terras aptas para a reforma agrária e mostrando quão obsoleta e repugnante é

“Exercemos a opção pela Amazônia rica, saudável, competente, em harmonia com o ambiente”

a escravidão, quando o mundo cruza os umbrais do segundo milênio.

Falando agora da atividade que me é mais familiar, reconheço que a aviação comercial talvez devesse informar aos felizes pais que mandam os filhos para passear em Miami um interessante detalhe: os reluzentes wide-body, após saírem da Região Centro-Sul do Brasil, trafegam um bom período de tempo sem cobertura radar, sobrevoando a selva a 30 mil pés. Não vou negar: o radar torna os vãos muito mais seguros. Isso é incontestável e o triste episódio do Boeing perdido, que pousou na escuridão em São Félix do Xingu, em 1989, serve como trágico exemplo. A cobertura radar da Amazônia, com o Sivam, ficaria garantida, fornecendo a segurança que os passageiros e os tripulantes que sobrevoam a área merecem, como ocorre nas demais regiões do país, sob o controle dos Cindacta I, II e III.

Eles consumiram em sua implantação 1,5 bilhão de dólares. O Sivam, abrangendo 60% do país, cobrindo um território equivalente a 32 países da Europa, irá requerer 1,4 bilhão de dólares. Desse total, 530 milhões de dólares serão aplicados diretamente em indústrias brasileiras, gerando 40 mil empregos du-

rante a instalação do projeto e promovendo novas tecnologias. Somente com taxas recolhidas da aviação civil, quando o Sivam vier a se integrar ao sistema Dacta, estão estimadas receitas, por volta do ano 2000, da ordem de 75 milhões de dólares a cada ano. No campo dos recursos humanos, haverá o envolvimento direto de cerca de 2.000 pessoas no funcionamento cotidiano do sistema, aumentando o mercado de trabalho, em especial nos níveis técnico e superior, na Amazônia Legal.

Como estaríamos hoje se não tivéssemos, há décadas, iniciado a instalação dos Cindacta? Posso afirmar que não seríamos o mesmo país. Nosso transporte aéreo comercial, com padrões técnicos de Primeiro Mundo, não teria condições operacionais de funcionar, o tráfego fluiria com lentidão. Haveria maior risco de acidentes. O ritmo da vida nacional seria mais vagaroso. Resta saber se o entorpecimento do Sipam/Sivam é benéfico para a Nação e para o contribuinte. Na prática, a continuar o atual quadro de estagnação, o início dos trabalhos de implantação ocorrerá em meados do próximo ano. É tempo demais!

O mundo já trafega em alta velocidade; desacelerar equivale a engatar a marcha a ré. O Sipam/Sivam será como um computador multimídia; atenderá a múltiplas finalidades e poderá ser usado de várias maneiras. Será um formidável banco de dados, continuamente atualizado, permitindo algo que nunca se teve: o conhecimento global sobre a região, on line, disponível para a comunidade. Uma de suas maiores virtudes é o alto grau de sinergia nele presente: o conhecimento adquirido por diversos sensores será compartilhado através da comunicação, permitindo a ação dentro dos vários campos: proteção ambiental, uso do solo, saúde, ordenamento territorial e zoneamento econômico, tráfego aéreo, repressão de ilícitos e outros.

Um programa de tal porte, é certo, pelos valores que envolve e pela importância para o Brasil, deve ser rigorosamente fiscalizado. A compra de cada parafuso deve merecer atenta e permanente inspeção por parte dos órgãos públicos de controle financeiro. A opinião pública precisa acompanhar cada passo do programa, expressando através da imprensa, o grande fiscal da sociedade, as dúvidas porventura surgidas. A ética, que já faz parte da moderna realidade brasileira, é fator indissociável de todas as ações relacionadas com o programa.

Vamos tornar realidade o Sipam/Sivam! Permitamos à Amazônia o usufruto de suas riquezas e a concretização de suas potencialidades, que sempre foram divisadas pela alma nacional. Exercemos a opção pela Amazônia rica, saudável, competente, em harmonia com o ambiente — a Amazônia de Carajás. Não permitamos a perpetuação do atraso, da violência, da ignorância — a Amazônia de Corumbiara...

Mauro José Miranda Gandra é ministro da Aeronáutica.